

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

que, ainda que invisibilizada por um certo sentido de moderno, sobreviveu na resistência da nossa própria humanidade, na permanência reiterada de “estar” – de “tomar posição” na existência. A impossibilidade da alternativa revela-se então como alternativa impossível. Há pois que reatualizar esse arcaico, isto é, ressignificar: reativar o potencial criativo de cada cidadã/o e manter o processo e o movimento da vida. Mesmo sem grandes narrativas, esta consciência do humano permanece – ainda que apenas à pequena escala.

É nessa pequena grande escala que urge trabalhar, sobretudo nestes momentos de crise e de agressão a direitos estabelecidos: resistindo/existindo – em ato (agindo). Só nesse agonismo – que, dizia Olson, leva cada cidadã/o ao imediato, de uma percepção a outra – se faz vivo o processo de participação na expansão do humano. Aí resiste a possibilidade da escolha individual e/ou da (re)invenção de uma linguagem emancipatória: a abertura a novas representações do mundo.

Graça Capinha

Responsabilidade social das empresas

Pressupondo que o bem-estar social é uma tarefa de toda a sociedade e não apenas do Estado, as empresas são chamadas a assumir responsabilidades. É neste contexto que se pode situar o conceito de responsabilidade social das empresas (RSE). Além de implicar uma alteração na atitude dos agentes económicos, assume diversos significados e interpretações tanto no meio académico como empresarial. A RSE acolhe contributos distintos relacionados com as obrigações legais, com a contribuição de carácter caritativo e filantrópico e com o comportamento socialmente responsável, quer ao nível interno, quer externo. Este tipo de comportamento passa por preocupações com os trabalhadores (colaboradores) e os seus direitos, pela gestão das expectativas do público, mas também pela utilização de recursos para fins sociais mais amplos. Procura-se, assim, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo, maximizando os impactos positivos sobre a comunidade.

Perante cenários de insolvência, encerramento de empresas, adoção de medidas de *lay-off* ou despedimentos, qual o lugar da RSE? Não obstante uma visão otimista reforçada por alguns indicadores que apontam para um aumento da responsabilidade social, receia-se que as práticas de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população possam representar mais um custo para as empresas. Contudo, estas práticas não podem

deixar de ser equacionadas como mais-valias, capazes de garantir ganhos futuros e o reforço da competitividade das empresas.

De entre as iniciativas de RSE, ganham relevo, por exemplo, as políticas de igualdade de género e o desenvolvimento de medidas de conciliação trabalho-família e os projetos de voluntariado empresarial. Apesar de serem uma prática recente em alguns contextos, incluindo Portugal, estas ações incentivam a criatividade e a motivação dos trabalhadores, possibilitam a sua participação na vida das empresas e o desenvolvimento de trabalho em equipa, conduzindo a uma maior satisfação com o trabalho. Em suma, medidas que podem traduzir-se num fator adicional de coesão social.

Teresa Maneca Lima

Revolta

As discussões em torno de revoluções marcaram o espectro político do séc. XX; na atualidade, relatos de revoltas vão assumindo cada vez mais importância. A experiência de vários processos revolucionários demonstra que a tomada de poder pelos revolucionários está associada à tomada de medidas que visam impedir o desenvolver da revolução. Esta marca castradora da vontade política dos sujeitos tem levado a que nos contextos atuais a revolta tenha retornado à ribalta, como expressão do desejo de manter vivo o seu significado de rutura ou o levantamento contra a autoridade constituída, enquanto recusa de subordinação ao poder político constituído.

A revolta é um conceito que procura dar corpo à luta contra as tentativas de pôr fim à história dos processos de libertação, individuais ou coletivos. A competência rebelde traduz-se em várias ações que procuram ampliar a presença e pertença política, ampliando o sentido de participação política, pelo povo, para além dos partidos políticos, desafiando o poder das instituições políticas. Estas manifestações incluem movimentos de protesto e resistência não violenta, desobediência civil, assim como ações violentas de confronto à autoridade instituída. A negritude é exemplo da revolta de intelectuais negros contra as injustiças históricas cometidas pelo colonialismo e o racismo, contra o eurocentrismo da “história universal”. As revoltas que têm marcado o mundo árabe apelam ao retorno do sujeito, à liberdade individual e coletiva, à dignidade e à solidariedade.

A revolta exprime assim o sentido profundo do inconformismo contra as injustiças, as opressões e discriminações que se sucedem, referência à luta